

<https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v40p180-202>

Do rigorosamente vago e seu papel na tradução

Of the rigorously vague and its role in translation

Uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de uma pessoa? Sim, pode-se sempre substituir com vantagem uma imagem pouco nítida por uma nítida? Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com frequência, precisamos? (Wittgenstein, *IF* § 71)
Sentido e significação são conceitos vagos. (Wittgenstein, *Fichas* § 54)

Paulo Oliveira^{1*}

Rafael Lopes Azize^{2**}

Resumo: Na investigação acadêmica/científica, o vago é usualmente tratado como desvio do exato. Na teoria da tradução, isso toma corpo no conceito tradicional de ‘equivalência’ como igualdade *a priori* e no nível do sistema linguístico. Contra essa visão, retomamos aqui uma aproximação entre o conceito de ‘normas tradutórias’ de Gideon Toury e a concepção de linguagem do Wittgenstein tardio, orientando-nos também pelos comentários do filósofo brasileiro Arley Moreno. Defendemos que o vago tem precedência lógica ante o preciso, na linguagem *tout court* e na tradução de modo específico. Isso se aplica particularmente aos vetores ‘adequação’ e ‘aceitabilidade’ que Toury apresenta em seu “kit do tradutor” – a partir do conceito de ‘semelhança de família’ do Wittgenstein tardio.

Palavras-chave: teoria da tradução; filosofia da linguagem; Gideon Toury; Ludwig Wittgenstein; Arley Moreno

Abstract: In academic/scientific research, the vague is usually treated as a deviation from the exact. In translation theory, this view takes shape in the traditional concept of ‘equivalence’ as a priori sameness and at the level of the linguistic system. Against

^{1*} Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: olivp@unicamp.br. ORCID: [0000-0001-6054-9888](https://orcid.org/0000-0001-6054-9888)

^{2**} Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rafaelazize@gmail.com. ORCID: [0000-0002-8157-2072](https://orcid.org/0000-0002-8157-2072)

this view, we resume here an approximation between the concept of ‘translation norms’ by Gideon Toury and Wittgenstein’s later conception of language, also guided by the comments of the Brazilian philosopher Arley Moreno. We argue that, in language tout court and translation specifically, the vague is logically prior to the precise. This applies particularly to the vectors ‘adequacy’ and ‘acceptability’ that Toury presents in his “translator’s kit” – based on the concept of ‘family likeness’ developed by Wittgenstein in his later work.

Keywords: translation theory; philosophy of language; Gideon Toury; Ludwig Wittgenstein; Arley Moreno

Introdução: o rigor do vago

O presente trabalho versa sobre critérios de qualidade, na prática tradutória e na reflexão a seu respeito. Defendemos aqui a centralidade do rigor conceitual em ambas, prática e reflexão. Rigor não deve ser assimilado a exatidão (cerne de nossa questão) e situa-se aquém de parâmetros formais que, por necessários que sejam, tornam-se vazios quando retiram o foco do próprio objeto em discussão. Tampouco se deve confundir rigor com erudição ou exaustividade, notadamente em tentativas de amalgamar abordagens sustentadas por premissas incompatíveis. Pelo contrário, o rigor dependerá da assunção da inevitabilidade de uma perspectiva, notadamente quando o fenômeno sob escrutínio se manifesta na linguagem – não havendo um ponto arquimediano externo a ela. Isso não significa optar por uma visada única e dogmática, posto que a compreensão adequada dos fenômenos exige exame por diversos ângulos. A compatibilidade entre essas visadas dependerá, em última instância, das premissas sobre as quais se sustentam.

Nossa principal premissa é que, em sendo a tradução um fazer linguístico, no sentido amplo (sistemas de signos), toda e qualquer teoria da tradução será logicamente posterior a uma concepção de linguagem específica (explicitada ou não) na qual se assenta. De modo análogo, o próprio fazer tradutório é necessariamente moldado pelas características do meio em que ocorre – a linguagem. Qualquer descrição dessas características já se insere no escopo da concepção de linguagem mobilizada, ilustrando desde

logo a inseparabilidade entre o fazer e o pensar a tradução. Como critério último para a adequação de uma concepção de linguagem e das teorias construídas a partir dela, sugerimos o teste da práxis real: em que medida aquilo que esperamos dos conceitos corresponde ao modo como operamos com eles? Em havendo descompasso entre postulado teórico e prática concreta, cumpre rever a teoria, não a prática – na medida em que a teoria se entender como descrição do fenômeno, i.e., da práxis real (OLIVEIRA 2019a: 205-206; Oliveira 2020: 22).³

Em sua obra tardia, o pensador austríaco Ludwig Wittgenstein, expoente maior da assim chamada ‘virada linguística’ (que ainda hoje pauta fortemente o debate filosófico), desenvolveu a ideia de uma terapia conceitual que examina como nossos conceitos são mobilizados, formulando um princípio segundo o qual o significado das palavras – e dos conceitos – deriva de seu uso real (WITTGENSTEIN 2009: 25 [IF § 43]),⁴ em ‘jogos de linguagem’ inseridos nas diferentes práticas culturais – ou ‘formas de vida’, nos termos do filósofo.

Dentre os conceitos que analisou, interessam-nos sobretudo aqueles que são intrinsecamente vagos, como ‘mais ou menos’, ‘etc.’ e ‘campo de visão’. Em todos esses casos, qualquer tentativa de aumentar a exatidão leva necessariamente a uma perda de rigor. A visão periférica, por exemplo, é tudo aquilo que, pertencendo ao ‘campo de visão’, não está no foco de nosso olhar

³ Nesse sentido, descartamos como inadequada a compreensão tradicional de que a tradução seria possível na prática, mas não na teoria: se há uma prática, deve ser possível descrevê-la de modo adequado. A alegada ‘impossibilidade teórica’ nada mais é do que a expressão de uma abordagem que não dá conta do fenômeno que se quer compreender, notadamente no que tange a práticas concretas, institucionalizadas. Que o conceito de ‘intraduzibilidade’ habite a tradição filosófica não muda esse fato – mas a discussão desse tópico fica necessariamente para outra oportunidade. Para exemplos concretos da relação umbilical entre concepção de linguagem e de tradução, vide a tese exemplar de Marion Celli (2020). José Pinilla (2019) também sugere a prioridade da prática diante da teoria, porém sem desenvolver uma reflexão mais aprofundada sobre a natureza dessa relação. Mas seu entendimento de que a teoria serve sobretudo para justificar a prática é plenamente compatível com o conceito grangeriano de *a parte post* (OLIVEIRA 2019b: 588-591). A presente discussão retoma tópicos já explorados em trabalhos anteriores, aos quais remetemos em alguns momentos, onde se fez necessária uma retomada mais sintética, para aprofundamento de aspectos específicos – como nossa questão central da relação entre o vago e o exato.

⁴ Agregamos às referências indicações com sigla de título e parágrafo [entre colchetes], procedimento comum dentre os comentaristas, para possibilitar consultas de modo independente da língua e edição usada.

mas ainda é perceptível. Ao deslocarmos nossa atenção para algo que estava na visão periférica, o objeto de nosso olhar, quando plenamente visível, passa a estar no centro/foco, e não mais naquele espaço do campo de visão que, por definição, é vago, pouco nítido. E é pouco provável que alguém diga – seriamente – que “mais ou menos” 63 pessoas estavam numa festa, pois o conceito ‘mais ou menos’ indica uma ordem de grandeza, ao passo que ‘63 pessoas’ reporta uma quantidade exata, em termos de unidades.

Nesse sentido, os conceitos arrolados acima são rigorosamente vagos, assim como também o são muitos outros no domínio psicológico, com ‘memória’, ‘expectativa’ etc. Nosso argumento neste trabalho é que também o conceito de ‘tradução’ tem uma dimensão constitutivamente vaga, de modo que as tentativas de reduzir a “boa” tradução ao ideal da exatidão vão contra a lógica interna do conceito. Nesse sentido, a “boa” tradução não tem como ser exata “por princípio”, ficando o grau de exatidão possível e/ou necessário, i.e., adequado, na dependência do jogo de linguagem em que estiver inserida.

Na Seção 2, fazemos um brevíssimo comentário sobre a propensão filosófica a fundamentar, também na linguagem, a ideia de exatidão como ideal, e de vago como desvio, para então formular/resgatar a tese da prioridade lógica do vago (assente no solo pragmático dos usos efetivos da linguagem)⁵ ante ao exato (como generalização teórica indevida em modelos idealizados).

Na Seção 3, retomamos essa questão a partir do “kit” proposto por Gideon Toury (2012: 69-70) para circunscrever o processo tradutório, com base em sua leitura das ‘semelhanças de família’ de Wittgenstein, e também chamando nossa atenção para o fato – aparentemente trivial – de que as culturas envolvidas nesse processo podem até apresentar similaridades, mas não têm como ser “idênticas”. É nesse sentido, adentrando por trilhas que o autodeclarado “conhecimento precário em filosofia” (2012: 69, n.4) não permitiu a Toury explorar, que o presente texto dialoga com a questão da relação entre tradução e cultura, tema deste número especial da revista.

⁵ Lembre-se: “solo pragmático” implica ‘formas de vida’, i.e., manifestações da cultura.

1. A prioridade lógica do vago ante o exato: uma perspectiva filosófica

A proposta da valorização do vago sem perda de rigor em relação ao exato tem interesse intrínseco para uma teoria da tradução. Mais ainda: se faz sentido apontar a presença inevitável de concepções de linguagem em deliberações tradutórias, esse interesse toca também a prática da tradução. Voltaremos a isso. Nesta seção, contudo, interrogaremos de maneira brevíssima alguns aspectos mais estritamente filosóficos da referida valorização. Aspectos fundamentais, senão mesmo fundantes do quadro a ser desenhado a favor da proposta da valorização do vago.

Se há interesse em avançar a prioridade do vago em relação ao exato de um ponto de vista, agora, mais estritamente lógico-epistemológico, isso é devido em parte à força de atração exercida sobre a imaginação filosófica pelo polo oposto a essa proposição. Um dos sonhos da razão a atravessar os séculos pode ser expresso no modo como a imagem da prioridade do exato em relação ao vago atravessa ideias tão diversas e separadas no tempo como as formas platônicas, a *mathesis universalis* leibniziana e o terceiro reino fregeano. É vasto o arco, portanto, e não pretenderíamos percorrê-lo. Mas sim nos interessa interpelar diretamente o ponto filosófico da construção do signo, para afirmar o seu solo pragmático. Se bem-sucedidos, teremos articulado pressupostos filosóficos possíveis para uma valorização do vago sobre o preciso sem perda de rigor.

Recapitulemos o pano de fundo dos interesses teóricos e que nos levam a este excuro mais concentradamente filosófico – inclusive para evitarmos mal-entendidos, por um lado, e expectativas excessivas sobre o escopo do que pretendemos, por outro. Embora a discussão sobre o funcionamento de conceitos ao modo de ‘semelhanças de família’ (no sentido wittgensteiniano)

seja instrumental à defesa do nosso ponto, não se confunde com ele. Trata-se antes de conceber a construção dos conceitos em geral dando prioridade lógica, nessa construção, ao vago em relação ao preciso. Se quisermos atentar para a experiência do significado como fenômeno no mundo concreto (o ato tradutório sendo um dos aspectos dessa experiência), encontraremos mais rigor no olhar atento ao perigo de se generalizar, para toda essa experiência, parâmetros apenas pertinentes a regiões de práticas linguísticas onde a função referencial da linguagem é determinante, como no caso de muitas ciências. E mesmo aí, como veremos, uma ideia de literalidade seria apenas um ponto de partida – tanto para os usuários da linguagem quanto para o olhar teórico sobre essa prática. Partimos aqui de um sentido de rigor que seja conceitual, não um formalismo protocolar ou com pretensões à exaustividade acerca do nosso objeto, como já assinalado na Seção 1. Esse aspecto possível da noção de rigor denota uma atitude epistêmica e filosófica que implica, por um lado, uma profilaxia contra gestos teóricos enredados nas suas próprias obsessões, jogos de erudição ou perspectivas de consensos forçados, e, por outro lado, uma atenção à práxis da experiência sobre a qual lançamos um olhar filosófico. Tanto a noção de intraduzibilidade quanto a noção de anterioridade do preciso em relação ao vago emergiriam de um olhar filosófico que, pretendendo emular a precisão científica, terminam por minar o rigor no sentido acima aludido, comprometendo-se assim com aspectos de concepções da linguagem que deturpam o ato tradutório – na sua prática e no pensamento sobre as suas condições. Daí o quisermos dar um passo atrás, para examinar alguns desses aspectos e oferecer uma alternativa mais adequada, arriscamos, ao fenômeno tradutório tal como ele efetivamente se dá.

Na filosofia brasileira, um lugar privilegiado para o esclarecimento filosófico da construção do signo em solo pragmático e rigorosamente assente no vago é a vasta obra de comentário a Wittgenstein deixada por Arley Ramos Moreno. Tendo empreendido uma longa série de pesquisas minuciosas, a muitos títulos pioneiras no esclarecimento dos aspectos pragmáticos da filosofia tardia de Wittgenstein (em torno dos conceitos axiais de ‘terapia’ e

‘gramática’), Moreno deixou também volumes inéditos nos quais avança uma teoria própria acerca do que chamou de ‘epistemologia do uso’, uma teoria sobre as condições linguísticas do conhecimento. Fundamental para essa teoria é sua análise da construção do signo ancorada no ambiente pragmático de aplicações de conceitos interligadas a ‘formas de vida’ – e necessariamente vagas. Eis o aspecto que nos interessa ressaltar aqui. De uma crítica a noções como ‘literalidade’ e a certos usos do binômio ‘forma/conteúdo’, Moreno desdobra um outro modo de reinserir a experiência do significado no ambiente pragmático em que ela encontra as suas condições, e a partir daí propõe uma nova imagem – que julgamos esclarecedora – da constituição do signo, assente no vago e por isso mesmo aberta a aplicações precisas em novos contextos de uso. No caso do ato tradutório, esses novos contextos são as escolhas genéricas do texto de chegada, a braços com oposições e interesses específicos.

De onde parte Arley Moreno para desenvolver a sua proposta epistemológica da construção do signo em solo pragmático e rigorosamente assente no vago? Ele parte de um dos aspectos mais radicais da filosofia tardia de Wittgenstein: o exame e denúncia sistemática de consequências confusas, para o pensamento (incluindo-se aí o pensamento sobre práticas linguísticas), de uma imagem da significação segundo a qual a determinação do significado reside na operação de substituição de um objeto por um signo. Segundo o que podemos chamar de modelo referencial do significado, esclarecer o que um conceito significa é circunscrever a sua referência, sempre e em todos os casos. Daí podermos falar, por um lado, em um modelo, e por outro lado, em determinação. Porque os processos que supomos determinados dessa maneira são condição de dizibilidade do mundo (ou, por outras palavras: porque os sistemas que supomos determinados dessa maneira consistem nas redes de conceitos, proposições e crenças – associações de práticas – que organizam o espaço lógico e fenomenológico tanto da experiência dos objetos no mundo exterior quanto da experiência dos objetos no teatro da mente), então não é abusivo dizer que o modelo referencial do significado revela um modo de entender a objetividade em geral. Nem o objeto ‘tradução’ nem os objetos de

uma tradução qualquer escapariam a um tal entendimento – e, de fato, não escapam, como veremos na Seção 3. Há também o problema adicional de que muitas vezes se trata de um modo de entender a objetividade que não se reconhece como uma perspectiva. Ou seja, é uma atitude tética, ou teórica, que não se submeteu a alguma versão da saudável profilaxia contra abusos dos conceitos levados longe demais, que Wittgenstein chamava de ‘terapia gramatical’ – uma espécie de *close reading* dos usos dos conceitos operatórios ocorrendo em articulações da teoria. Também esse aspecto, que podemos chamar de ‘atitude dogmática’, impacta a prática tradutória, impacto esse oriundo de ideias não adequadamente examinadas acerca de como funciona a experiência do significado.

Para o Wittgenstein tardio, pelo contrário, a determinação do significado não se deixa esclarecer através da operação pela qual o signo se substitui a um objeto – como ele mesmo pensava, aliás, na obra da juventude. Não é que isso não possa acontecer, em situações específicas, como em certos usos de sinais ou ícones. Mas, mesmo aí, a atitude rigorosa de que falávamos há pouco é a de resistir à atitude dogmática do modelo referencial. Se dizemos agora que as condições do significado residem numa rede de aplicações nas quais emergem paisagens familiares de conceitos em geral (uma expressão com que no início dos anos 1930 Wittgenstein parecia já começar a intuir o que mais tarde será o conceito operatório de ‘semelhança de família’ – a ser retomado na Seção 3), e que do reconhecimento adequado e sutil dessas paisagens características de aplicações depende a prática dos usos de palavras (e também as suas traduções), começamos a dissolver o dogmatismo do modelo referencial.

No início dos anos 1930, Wittgenstein dá-se conta de que o projeto de descrição completa e de uma vez por todas da essência da proposição (usualmente considerada a forma central das práticas linguísticas relevantes para as práticas científicas)⁶ padecia, entre outras questões, de uma

⁶ A síntese mais densa dessa visão está quiçá no conceito de ‘forma geral da proposição’, tal como explorado no *Tractatus* e sintetizado no início da seção 6: “A forma geral da função de verdade é: [p; ξ ; N(ξ)]. Isso é a forma geral da proposição” (WITTGENSTEIN 2017: 231 [T 6]). Uma

profunda ilusão acerca do alcance da noção de precisão para esclarecer de maneira rigorosa os limites do sentido. Os caminhos que o conduziram a essa nova concepção são complexos e não poderíamos recenseá-los aqui. Interessa-nos, contudo, ressaltar de maneira bastante sumária alguns aspectos desse movimento do pensamento do filósofo.

O projeto de descrição da essência da proposição dependia de uma noção de sentido segundo a qual o sentido era condicionado por uma forma exibível de maneira precisa, através dos recursos da lógica simbólica. ‘Sentido’ aqui se refere à possibilidade de comparação entre uma proposição e o estado de coisas – dois carros colididos em um acidente, por exemplo – de que ela seria como que uma figura exata. Isso não implica em verdade ou falsidade da proposição, mas se compromete com a ideia de sentido como completamente determinado (sendo a verdade ou falsidade efetivas das proposições uma operação ulterior, e contingente a serem os seus correspondentes ‘estados de coisas’ o caso ou não – no nosso exemplo: os dois carros terem realmente colidido).⁷ Assim, sentido, forma e precisão (mesmo que uma precisão mediada pela lógica, e relativa ao que a lógica exhibe – e não afirma – ao delinear a forma da proposição, como, por exemplo, ‘S é p’) são noções fortemente vinculadas. Acrescente-se a isso a força do modelo referencial, e temos então um conjunto de ideias de forte impacto para a imagem que queremos combater.

No campo dos estudos linguísticos, uma das expressões desse impacto é a noção de significado literal. Em “Astúcias do literal”, Arley Moreno (1994) parte de uma passagem de Henri Bergson⁸ em que o filósofo francês descreve

das melhores (breves) introduções ao *Tractatus* é a de H.O. Mounce, *Wittgenstein's Tractatus: An Introduction* (The University of Chicago Press, 1989).

⁷ Não teremos problemas em verificar o ‘estado de coisas’ – conceito importante no *Tractatus* – em proposições como “A porta está aberta”, i.e. para saber se isso ‘é o caso’ ou não. Sabemos o que é uma porta e temos critérios para decidir se ela está aberta ou não (vide discussão desse exemplo mais adiante). Na sua obra madura, o filósofo dará ênfase ao fato de que proposições da ciência e da cultura pressupõem um consenso de base sobre seus respectivos parâmetros, tópico desenvolvido mais extensamente em *Da Certeza* (WITTGENSTEIN 2004). Assumir que “A terra é redonda” implica aceitar o jogo de linguagem da ciência, assim como admitir que “Deus existe” pressupõe inserção no jogo de linguagem da religião. As ‘normas de tradução’ de Gideon Toury, retomadas na Seção 3, remetem a esse tipo de consenso de base.

⁸ Henri Bergson, *L'Evolution Créatrice* (in: *Œuvres*, 2e. éd., Paris: PUF, 1963).

a seguinte situação: buscamos um livro de poemas numa estante, retiramos um volume e dizemos: “Não é verso!”. Segundo Moreno, trata-se não de uma descrição, mas da expressão de um desapontamento. Fundamental nessa expressão seria o fato de ser negada uma certa ordem que, no entanto, não é descrita nem mencionada.

Isso mostra, segundo Bergson, que a ideia de desordem é uma variável que se aplica negativamente a diferentes ordens. Os problemas surgem, e as ilusões, quando passamos a usar especulativamente essa ideia, de maneira a com ela representar uma entidade autônoma: a ausência de qualquer ordem. (MORENO 1994: 24).

Bergson exemplificaria, assim, um modo filosófico de descrever um mecanismo comum nos estudos linguísticos, a saber, o transporte “de um processo prático para o domínio da especulação” (ibid.). Eis uma imagem esclarecedora da desvalorização do vago frente ao preciso, no que diz respeito ao uso da linguagem. A “ausência de qualquer ordem” não poderia ser tolerada, sob pena de rompimento dos processos de comunicação e das condições do significado.

Esta ansiedade com o rompimento das condições para o significado e a comunicação, para Moreno, seria o resultado da própria teoria acerca da linguagem na qual o rompimento foi especulado. Se observamos mais de perto a prática linguística, e sem preconceitos teóricos, a ansiedade se mostra infundada. Não temos como reconstruir o argumento de Moreno em detalhe, mas basta atentarmos para o seguinte fato: é possível descrever satisfatoriamente as condições *a priori* de inteligibilidade de enunciados cotidianos e familiares, feitos sem intenções não literais, como por exemplo “A porta está aberta” – e no interior dessas condições de inteligibilidade, as suas condições de verdade. Contudo, mesmo nesses casos mais cotidianos, nos quais o vetor de adequação pareceria não problemático, essa descrição satisfatória depende de que mergulhemos em redes de co-operações no interior das quais os conceitos relevantes recebem sentidos possíveis, por um lado, e ao mesmo tempo passíveis de infinitas variações contextuais de

aplicação em que se fixem ou selecionem possibilidades específicas, por outro lado. É preciso que nos entendamos acerca do que é ‘estar aberto’ para uma porta, que visualizemos a extensão de fronteiras vagas do conceito de porta, etc. Assim, e seguindo o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*, “a literalidade de um enunciado depende de um número indefinido de convenções e de acordos tácitos, entre os homens, a respeito do contexto em que esses enunciados são aplicados” (MORENO 1994: 35). Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer uma infinidade de possibilidades expressivas do enunciado “A porta está aberta”. Se há um sentido para o significado literal, aqui, ele não passaria de um ponto de partida da operação teórica de compreensão do fenômeno,

um operador semântico, sem conteúdo, que pode ser preenchido por todas as determinações de nossos hábitos linguísticos; hábitos que, por sua vez, se manifestam como os **usos** que fazemos da linguagem. A literalidade não é uma propriedade da linguagem mas sim um atributo de nossas ações. (MORENO 1994: 36)

Que tal seja o caso para enunciados tão triviais como “A porta está aberta” é ilustrativo de uma atitude teórica de revalorização do campo, vago, das aplicações possíveis e infinitamente variáveis de um conceito (como, no nosso caso, ‘tradução’, podemos agregar, antecipando a visada de Toury – a ser retomada na Seção 3). Por outro lado, e ao contrário do que certos preconceitos epistêmicos arraigados podem nos levar a pensar, será justamente essa a maneira de tratarmos rigorosamente do nosso fenômeno – a prática linguística – posto que reconheceremos, agora sem preconceito, determinações formais condicionando efetivamente escolhas infinitamente variáveis de aplicações. Temos assim, está claro, um sentido diferente de ‘forma’ relativamente àquele de que partimos acima – mais próximo, agora, da noção que Wittgenstein herdou de Frege: ‘formal’ como passível de ser posto em palavras sob a forma de uma definição. Podemos então dizer que desvincular o ideal de exatidão do significado e do formal é um ganho, não perda, de rigor.

2. O rigorosamente vago na tradução

Dentre os teóricos da tradução em destaque na contemporaneidade, Gideon Toury é certamente aquele cujos conceitos mais se aproximam da concepção de linguagem e práxis do Wittgenstein tardio. O conceito de ‘norma tradutória’ cunhado por Toury está plenamente integrado ao repertório dos estudos da tradução, mas sua mobilização costuma ser feita em termos mais técnicos, da distinção entre normas iniciais, preliminares e operacionais. Há também quem conteste a possibilidade mesma do descritivismo (DIZDAR 2006: 310-311), atribua a autores dessa vertente uma concepção essencialista de linguagem (RODRIGUES 2000: 119-124) ou dê maior ênfase a fatores sociológicos do jogo de forças no processo tradutório como um todo (MEDEIROS 1999; WOLF 2007). Tais visadas, embora toquem em aspectos relevantes, acabam por não ter uma compreensão adequada ou simplesmente passar ao largo da dimensão mais profunda da concepção de linguagem e práxis mobilizada por Toury (e outros expoentes do descritivismo). Nesses casos, um fator certamente relevante é que não se pergunta quais seriam as implicações do fato de que o *scholar* israelense mobiliza Wittgenstein de modo explícito, ao adotar o conceito de ‘semelhanças de família’ na caracterização do fazer tradutório (TOURY 2012: 69-70) e, conseqüentemente, tampouco se percebe que seu conceito geral de ‘normas tradutórias’, embora embasado sociologicamente, é perfeitamente compatível com a distinção wittgensteiniana entre uso normativo e descritivo – sendo aqui o ‘normativo’ algo distinto, mais profundo que o ‘prescritivo’, ainda que englobe essa possibilidade, notadamente em contextos formativos (OLIVEIRA 2019b: 579-585).

É sintomático que as semelhanças de família sejam assimiladas à ideia de um *cluster concept* que, por oposição às definições exatas de um conceito *proper* (na acepção tradicional caracterizada na Seção 2), operaria pela combinação de uma série de características ou traços típicos, tidos como núcleo comum do conceito – sua essência, enfim, nos termos de Mohan

Matten.⁹ Como tal abordagem, nos estudos da tradução, não costuma enfatizar o nível epistêmico tratado por Oliveira (2020: 23-27), não fica claro em que medida a mobilização do termo *cluster concept* por teóricos como Maria Tymozko [2007: 83-90] e Edwin Genzler [2001: 126], para caracterizar as semelhanças de família de Wittgenstein (segundo WILSON 2016: 81), alinha-se com a descrição de Matten (“uma lista ponderada de critérios, de modo que nenhum desses critérios é necessário ou suficiente para a pertença”).¹⁰ Partimos do princípio de que um certo alinhamento, no sentido de dar precedência lógica ao exato diante do vago, de algum modo ainda habita esse uso de *cluster concept*, também nos estudos da tradução.¹¹

Um outro problema na recepção de Toury é a tentativa de alinhá-lo, de algum modo, à tradição de pensamento dicotômico, como quando Wilson (2016: 81) afirma que o *scholar* israelense “vê as traduções seja como ‘aceitáveis’ ou ‘adequadas’”, colocando-o numa linha da leitura análoga à que Lawrence Venuti (1995) faz do texto clássico de Schleiermacher (2010 [1813]), com a alternativa de levar o leitor ao autor ou o autor ao leitor – caminhos caracterizados por Venuti como estratégias de ‘estrangeirização’ ou ‘domesticação’ (SNELL-HORNBY 2012). Ora, tal binarismo não se aplica a Toury, dado que ‘adequação’ e ‘aceitabilidade’ são dois elementos indissociáveis em seu “kit do tradutor”:

⁹ Ver síntese em <<http://itisonlyatheory.blogspot.com.br/2010/01/cluster-concepts.html>>.

¹⁰ Todas as traduções são nossas, em não havendo indicação em contrário.

¹¹ Argumentamos, na Seção 2, que essa visão tradicional, que amalgama a ideia de rigor ao ideal da exatidão, foi objeto da ‘terapia conceitual’ de Wittgenstein, com desdobramentos na ‘epistemologia do uso’ de Moreno. Lembre-se ainda que Wittgenstein apresenta sua noção de ‘semelhança de família’ via discussão dos conceitos de ‘jogo’ e ‘número’ (WITTGENSTEIN 2009: 35-39 [IF §§ 64-72]). No referido blog, Matten sugere como alternativa uma definição de Bernard Suits que, por oposição ao caráter apenas “diagnóstico” da visada wittgensteiniana, daria conta da “essência” do conceito de ‘jogo’: “uma atividade na qual você aceita um certo número de regras que limitam como você pode realizar certa atividade”. Ora, a definição de Suits é tão ampla, que sua extensão não difere muito daquela do conceito wittgensteiniano de ‘jogo de linguagem’, com alguns qualificadores. Um deles é que nenhuma “lista ponderada de critérios”, *a priori*, pode dar conta, de modo exaustivo, de novos casos, não previstos inicialmente – o que, por sua vez, está plenamente contemplado na visada do Wittgenstein tardio (e em seus desdobramentos por Moreno), devido ao rigor de sua vagueza. Por fim, note-se que a discussão de Wittgenstein versa exatamente sobre as dificuldades de definir o que é essencial, num conceito ou objeto: “Nem sempre há um limite claro entre o que é essencial ou não” (WITTGENSTEIN 2009: 35 [IF § 63]). OLIVEIRA (2021) retoma a questão do uso de *cluster concept* por Tymoczko, dando continuidade a essa discussão.

As duas culturas implicadas em um evento tradutório podem apresentar maior ou menor similaridade, seja por pura coincidência ou como resultado de uma história prévia de contatos. Idênticas é o que elas nunca podem ser. O estado normal das coisas é haver um certo grau de *incompatibilidade* entre adequação e aceitabilidade, de modo que qualquer tentativa de aproximar-se de um desses polos leva a um distanciamento do outro. Todo caso concreto envolve, portanto, um **compromisso ad hoc** entre eles dois. (TOURY 2012: 70; ênfases como no original)

Os vetores adequação e aceitabilidade fazem parte de um todo, assim como as funções de ‘significado’ e ‘significante’ fazem parte do conceito de signo de Saussure – não cabendo dissociá-los como se fossem dois polos de uma dicotomia. Há também uma diferença de **natureza** entre os vetores de adequação ao texto original e o de aceitabilidade no contexto de chegada (OLIVEIRA 2019b: 591-593). No primeiro caso, as operações são de natureza constitutivamente **analógica**, por se tratar aqui da passagem entre sistemas de signos distintos, por definição (o conceito de tradução intralingual de Jakobson [2003] sendo um caso à parte, de diferenças dentro de um mesmo sistema). Nesse vetor, impera o vago (princípio da **semelhança** entre o que é reconhecidamente diverso). Já o vetor da aceitabilidade diz respeito à introdução e acomodação de elementos novos num sistema já existente, sendo, por isso, de natureza **digital**, no sentido de que a extensão de um conceito/signo é limitada pela oposição a outros componentes do mesmo sistema (princípio das **diferenças** entre elementos que pertencem a um quadro comum). É aqui que se traçam os limites da exatidão, “para determinados fins”, como diz Wittgenstein em sua discussão das semelhanças de família:

“Bem; então o conceito de número explica-se para você como a soma lógica daqueles conceitos isolados aparentados entre si: número cardinal, número racional, número real etc., e igualmente o conceito de jogo como soma lógica dos conceitos correspondentes”. Isso não precisa ser assim. Pois *posso* dar ao conceito ‘número’ limites firmes, isso é, usar a palavra “número” para a designação de um conceito firmemente delimitado, mas posso usá-lo também de tal modo que a extensão do conceito *não* seja fechada por um limite. E assim empregamos a palavra “jogo”. Como o conceito de jogo está fechado? O que ainda é um jogo e o que não o é mais?

Você pode identificar os limites? Não. Você pode *traçar* alguns: pois ainda não foi traçado nenhum. (Mas isso nunca o perturbou, quando você empregou [empregava] a palavra “jogo”.)

(...) Será que apenas a um outrem não podemos [sabemos] dizer exatamente o que é um jogo? – Mas isto não é ignorância. Não conhecemos os limites, porque nenhum está traçado. Como disse, podemos – para uma finalidade particular – traçar um limite. É somente a partir daí que tornamos o conceito útil? De forma alguma! A não ser para esta finalidade particular. (WITTGENSTEIN 2009: 37 [IF §§ 68-69; tradução Bruni 1999: 53])¹²

O conceito de ‘semelhanças de família’ é um dos pilares do anti-essencialismo radical de Wittgenstein, sendo difícil exagerar sua importância para uma concepção de linguagem e a respectiva teoria da tradução a serem daí extraídas. Por esse motivo, passa ao largo de seu objeto qualquer leitura que veja essencialismo numa tal teoria da tradução, como é o caso da visada de Toury: se o conceito de semelhanças de família for mobilizado de modo rigoroso, não há como a teoria daí advinda ser essencialista. Inversamente, não há como compatibilizar essa visada do Wittgenstein tardio com preceitos que tenham por base concepções essencialistas de linguagem e/ou tradução.¹³

Por outro lado, é perfeitamente possível compatibilizar a discussão do

¹² Ênfases, pontuação e uso de aspas como no original. Alternativas [entre colchetes] acrescidas. O trecho ilustra bem o estilo dialógico do texto das *Investigações filosóficas*. A voz entre aspas é a do interlocutor do filósofo. Conceitos, como ‘número’, vêm com aspas simples. Palavras, como “jogo” e “número”, vêm com aspas duplas. Usamos o mesmo critério no restante deste trabalho, para manter a coerência. Aqui temos um belo exemplo da autoterapia do Wittgenstein tardio em relação à obra da juventude, com seu essencialismo logicista, como se lê no *Tractatus*: “O conceito de número nada é senão o que todos os números têm em comum, a forma geral do número” (WITTGENSTEIN 2017: 233 [T 6.022]). Que Gideon Toury tenha usado exatamente esse conceito para falar de sua leitura das ‘semelhanças de família’, simplesmente substituindo a palavra “número” do § 67 nas *Investigações filosóficas* por “tradução”, é extremamente significativo (OLIVEIRA 2019b: 582-584).

¹³ Leitor*s familiarizad*s com a tradição filosófica não terão dificuldade em identificar aqui uma variante do ‘argumento transcendental’, na esteira de Kant: “Argumentos transcendentais afirmam que X é uma condição necessária para a possibilidade de Y – e que, sendo o caso de Y, então também é o de X” (HAMILTON 2014: 291). Para uma maior elaboração desse ponto, vide Oliveira (2019b: 585-591). Pode-se também procurar uma ideia de ‘essência’ na obra madura de Wittgenstein, como expresso nas *Investigações*: “A essência está na gramática” (WITTGENSTEIN 2009: 123 [IF § 371; ênfase no original]). Mas essa é outra discussão (na qual poderíamos, por exemplo, dizer que Wittgenstein rejeita o essencialismo sem cancelar a aplicabilidade do conceito de essência), sendo que aqui o termo “essência” remete ao uso na práxis real – o que nos leva de volta à questão da concepção de linguagem em tela etc.

Wittgenstein tardio com outras tradições teóricas que não se assentem sobre preceitos essencialistas, mesmo que nessas tradições não haja uma referência sequer à obra do filósofo vienense. Isso se aplica em parte ao discurso pós-estruturalista, naquilo que não leve ao extremo do relativismo epistêmico (que pode ser entendido como uma variante do ceticismo filosófico). Mas também vale para o caso da “finalidade particular”, a ser usada como parâmetro para o estabelecimento de limites, como argumentado por Wittgenstein no trecho acima (*IF* § 69) – donde a ideia de “determinações formais condicionando efetivamente escolhas infinitamente variáveis de aplicações”, conforme registramos no final da Seção 2. Ora, ‘finalidade’, na teoria da tradução, remete à noção de ‘função’ enfatizada pelos partidários da teoria do escopo iniciada na Alemanha por Hans Vermeer e Christiane Nord, e habita também toda uma gama de variantes voltadas para a função do texto traduzido no sistema de chegada, aí inclusos os estudos descritivos dos quais Toury é um dos iniciadores, além de todo um leque de outras possibilidades que não precisamos arrolar, para além desse critério – do uso a que se destina o texto traduzido no contexto de chegada. Agregar a dimensão epistêmica orientando-se pela concepção de linguagem do Wittgenstein tardio certamente ajudará a compreender aspectos importantes dessas diferentes vertentes teóricas, mesmo que seus expoentes não tenham explorado ou enfatizado tal dimensão. Num certo sentido, teríamos aqui uma instância do princípio hermenêutico da possibilidade de um entendimento mais profundo de um texto que o antevisto pelo próprio autor(a).

Isso posto, retenhamos que os limites da exatidão, na tradução, poderão ser mais estritos, como no caso da terminologia a ser empregada em textos de áreas técnicas, com aplicações bem delimitadas. Em outros casos, vagueza e mesmo ambiguidade serão atributos necessários também no texto traduzido, a exemplo de textos com função marcadamente estética ou retórica no contexto de chegada. É nesse sentido que afirmamos, no final da Seção 1, que o grau de precisão ou vagueza necessário ou suficiente, i.e.,

adequado, dependerá do jogo de linguagem em questão.¹⁴ Mas em nenhum desses casos poderá ser apagada a vagueza intrínseca da primeira parte do processo tradutório, na analogia criada com o texto de partida, i.e., no vetor adequação. Evocando uma das observações de Wittgenstein colocadas em epígrafe (*Fichas* § 54), podemos dizer: ‘adequação’ é um conceito vago.¹⁵ E ‘aceitabilidade’ é um conceito ao mesmo tempo normativo (diz como algo deve ser, em determinadas circunstâncias históricas) e flexível, pois as normas variam à medida em que deslocamentos e inovações são introduzidos e aceitos no sistema de chegada.¹⁶

Um outro problema associado ao binarismo é o tratamento monolítico das opções em jogo, no *modus* ‘ou ... ou’, tal como posto pelas alternativas ‘estrangeirização’ vs. ‘domesticação’, ‘técnico’ vs. ‘literário’ etc. – como se não houvesse diferentes *graus* numa direção ou outra, de modo análogo ao do “compromisso ad hoc” de que fala Toury.¹⁷ Não é exagero afirmar que existe hoje um amplo consenso intradisciplinar no sentido de que o processo tradutório como um todo não apenas envolve diferentes forças e interesses, conforme apontado pelo descritivismo e aprofundado pela sociologia da tradução, como também implica tomadas de decisão nos mais diferentes níveis, desde a escolha do texto a ser traduzido e a definição de seu público alvo, até opções léxicas específicas, passando por níveis intermediários de variantes sintáticas e estilísticas etc. (TIRKKONNEN-CONDIT 1993).

¹⁴ Isso, por outro lado, não significa que devemos mobilizar concepções de linguagem e tradução diferentes para cada um desses tipos de texto, como sugere Manfred Kroß (2012), ao advogar pela perspectiva do *Tractatus* para textos técnicos e pela das *Investigações* para textos literários. Mesmo ao nos alinharmos com Wittgenstein, temos de optar por uma única concepção de linguagem – que não é roupa que se troque ao sabor dos eventos. A concepção de linguagem da obra madura dá conta de ambos os casos, ao se orientar pela práxis linguística real, por oposição à concepção idealizada, logicista, do *Tractatus*.

¹⁵ A percepção da natureza vaga do vetor (analgico) da adequação ajuda a dissolver algumas polêmicas clássicas. Cristina Rodrigues, por exemplo, tem certamente razão em sua crítica ao conceito tradicional de equivalência como igualdade, i.e., como algo exato *a priori*. Mas sua atribuição de essencialismo a André Lefevere, por este sugerir o uso de dicionários bilíngues (RODRIGUES 2000: 219-224), passa ao largo de seu alvo. A equivalência, como produto de uma analogia vaga, não pressupõe necessariamente igualdade, como sugere Rodrigues, ficando o grau de exatidão adequado na dependência do jogo de linguagem em questão – ela resulta de uma construção, pela via do próprio ato tradutório, que instaura essa relação (OLIVEIRA s.d.).

¹⁶ Lembre-se: ‘aceitação’ é um dado empírico, ‘aceitabilidade’ é uma norma transcendental, conforme já assinalava o próprio Toury (2012: 203) – em vocabulário não filosófico.

¹⁷ Para uma discussão análoga, na interface com a teoria da literatura, vide Azize (2015).

Gostaríamos de agregar a esse entendimento a especificação de que o processo tradutório alterna os momentos analógico e digital (nos vetores adequação e aceitabilidade) a cada decisão tomada, seja ela estratégica, em linhas gerais, ou pontual – e com isso enfatizar algo que já estava *in nuce* no argumento de Toury. O movimento é cíclico e envolve também as relações entre a parte e o todo, no sentido do círculo hermenêutico da compreensão – também caracterizado como um movimento espiral, em que se retorna a um “mesmo” ponto em níveis diferentes de compreensão. Nesse movimento, é o momento vago da analogia que permite a criação, a acomodação ao contexto específico da aplicação etc. O vago é a porta de entrada, holística, para o movimento circular/espiral da compreensão (KÖLLER 1988: 323-324). Valorizá-lo é um gesto importante para a valorização da própria tradução, se quisermos reconhecê-la, de fato, como um processo eminentemente criativo, para além da pecha de mera reprodução – de menor valor, porque subordinada – que os estudos da tradução, enquanto disciplina acadêmica com perfil próprio, procuram superar.

Independentemente de uma abordagem valorativa do vago (aqui discutido como inerente à natureza analógica do vetor adequação), no âmbito de um projeto político-institucional de consolidação da área, reconhecer o vago como comportando a dimensão do rigor, enquanto elemento constitutivo da tradução e da linguagem *tout court*, é uma pré-condição para um entendimento adequado do que está em jogo. O assunto pode ser abordado por várias óticas, como é feito, dentre outros, em inúmeros trechos da caracterização da linguagem realizada por Köller (1988) em sua *Filosofia da Gramática*, na qual alia a tradição hermenêutica à visada semiótica – mas também essa discussão fica necessariamente para outra ocasião, por razões de espaço.¹⁸

¹⁸ O tópico não é trivial. Tomasello (2008) retraza o papel fundante da analogia na evolução da linguagem humana (a gramaticalização, digital, sendo-lhe posterior); Hoffstadter & Sander (2013) veem na analogia o “material e combustível do pensamento”. E são as ‘ligações analógicas’ que levam à percepção de ‘elos intermediários’ na obra madura de Wittgenstein. Um outro caminho profícuo para o aprofundamento dessa discussão é certamente a ‘epistemologia do uso’ de Moreno, caracterizada de modo sintético na Seção 2 (ver também MORENO 2005; 2012a; 2012b; 2018). Para a noção de ‘elos intermediários’, vide Azize (2010).

3. À guisa de fecho: interessa discutir questões de base?

Enquanto área acadêmica autônoma, ainda que de natureza radicalmente interdisciplinar, os estudos da tradução enfrentam uma série de desafios em função do pouco tempo de sua consolidação, por oposição a disciplinas mais antigas, como a linguística, a teoria literária e a filosofia, dentre outras. Em sua caracterização da dinâmica da área, com suas relações internas e no trato com outras disciplinas que também se interessam pela tradução, Maurício Mendonça Cardozo afirma que

um(a) filósofo@ ou poeta específico@ pode ser absolutamente central para nossa pesquisa em filosofia ou tradução literária, e ao mesmo tempo absolutamente irrelevante para um(a) colega que trabalhe, por exemplo, numa abordagem que investiga o processo tradutório usando as técnicas de *eye-tracking*. E, da mesma forma, mesmo reconhecendo a enorme relevância de altos investimentos (epistemológicos, metodológicos e econômicos) no equipamento necessário para implementar um laboratório de estudos de *eye-tracking*, todos esses preciosos e sofisticados esforços não serão de ajuda alguma para pesquisador@s que investiguem as contribuições de um(a) poeta ou filósofo@ específico@ para o pensamento contemporâneo sobre a tradução. (CARDOZO 2020: 121)

Em linhas gerais, consideramos o raciocínio de Cardozo pertinente, na medida em que detecta, de fato, linhas de força constitutivas da área – e das relações que mantém com as disciplinas com as quais dialoga. Por outro lado, gostaríamos de sugerir que um entendimento adequado de como funciona a linguagem e do impacto que isso tem na forma como pensamos o fazer tradutório é algo tão básico que deveria ser levado em conta por tod@ e qualquer pesquisador(a) que se dedique aos estudos da tradução, ou que contemple o fazer tradutório em sua pesquisa, qualquer que seja a área em questão.

Com isso, não queremos sugerir que os estudos da tradução sejam subordinados à filosofia da linguagem, nem que o pensamento de filósof@s como, no nosso caso, o Wittgenstein tardio, receba a mesma atenção que autor@s canônic@s da área. Por outro lado, sugerimos, sim, que a atenção a certos princípios muito básicos do funcionamento da linguagem – e, com isso, também da tradução – pode fazer a diferença entre um pensamento confuso ou esclarecido sobre o fazer tradutório. Se concordarmos que ter clareza sobre o que estamos fazendo pode ser útil tanto para quem investiga a tradução literária ou faz estudos de *eye-tracking*, dentre tantas outras variantes, poderemos concluir que questões como as tratadas no presente trabalho podem, eventualmente, ser consideradas de interesse geral. Por mais que elas não sejam triviais, por mais que o peso da tradição possa dificultar a percepção do que está em jogo. Recaídas no dogmatismo da concepção referencial de linguagem são comuns, como reconhecia o próprio Wittgenstein. Interessa saber se estamos dispost@s a mobilizar nossa vontade para fazer a terapia das confusões que ela engendra. Sugerimos que vale a pena investir algum esforço nessa direção.

Referências bibliográficas

- AZIZE, R. La polarité entre art et argument. In Moreno (Org.): *Wittgenstein e seus aspectos*. Campinas: CLE/Unicamp, 2015, pp. 133-144. (Versão anterior em português: <https://doi.org/10.26694/pensando.v4i8.1831>)
- _____. Ligações intermediárias e representação perspicua em Wittgenstein. *Dissertatio* 31, inv. 2010, pp.119-132). (<https://doi.org/10.15210/dissertatio.v31i0.8783>)
- CARDOZO, M. Translation, humanities and the critique of relational reason. In: Spitzer, D. (ed.): *Philosophy's Treason: Studies in Translation and Philosophy*. Vernon Press: Wilmington, 2020, pp. 111-128.
- CELLI, M. *O desafio de pensar a linguagem nos estudos da tradução: uma proposta da tradução como operação enunciativa*. São Paulo: FFCHL/USP, 2020. (Tese de Doutorado)
- DIZDAR, D. *Translation. Um- und Irrwege*. Berlin: Frank & Timme, 2006.
- HAMILTON, A. *Routledge Philosophy guidebook to Wittgenstein and On Certainty*. Cambridge, London & New York: Routledge, 2014.
- HOFSTADTER, D.; SANDER, E. *Surfaces and Essences: Analogy as the Fuel and Fire of Thinking*. Basic Books, 2013.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003 [1969]. (Trad.: I. Blikstein e J. P. Paes)
- KÖLLER, W. *Philosophie der Grammatik*. Stuttgart: Metzler, 1988.
- KROSS, M. Ersetzen/übersetzen? Philosophische Überlegungen zum Begriff des Übersetzens bei Benjamin und Wittgenstein. In: Rahmharter, E.; Kroß, M. (Hrsg.): *Wittgenstein übersetzen*. Berlin: Parerga, 2012: 19-55.
- MEDEIROS, R. Translational Norms: A Prescription? Revisiting the Concept. *Cadernos de Tradução* (UFSC), n.4. 1999, pp.141-150.
- MORENO, A. Astúcias do literal. *Ideias*, Campinas, 1(1): 23-40 jan/jun. 1994.
- _____. *Introdução a uma pragmática filosófica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- _____. La description grammaticale et sa fonction transcendantale. In Moreno, A.; Soulez, A. (Orgs.): *Grammatical ou transcendental? Cahiers de Philosophie du Langage* v. 8. Paris: L'Harmattan, 2012a, pp. 43-71.
- _____. Introdução a uma epistemologia do uso. *Cadernos CRH* (Salvador), v. 25, n. esp. 02, 2012b, pp. 73-95.
- _____. For an Epistemology of Use – One aspect of the Wittgensteinian Concept of Use: Construction of the Sign and Constitution of Meaning. In: Azize, R. (Org.), *Wittgenstein nas Américas: Legado e Convergências*. Salvador: EdUFBA, 2018, pp. 27-52. (<https://bit.ly/3o5nbsT>)
- OLIVEIRA, P. Übersetzung als Aufbau des Vergleichbaren (Auf Ricœurs Pfad mit Wittgenstein und Toury). In: Stanley, J.; Stolze, R.; Cercel, L.;

- O’Keeffe, B. (Org.): *Sammelband Dritte Hermeneutik- und Translationswissenschaftskonferenz [Köln 2016]*. (No prelo, s.d. [2021])
- _____. Rigor in translation theory: vagueness before exactitude. *Philosophy in/on translation* (<https://transphil.univie.ac.at/>), 09-10/09/2021.
- _____. Aggregates in the deed: Wittgenstein’s surveyable representations, family resemblance, and translation theory. In: Spitzer, D. (ed.): *Philosophy’s Treason: Studies in Translation and Philosophy*. Vernon Press: Wilmington, 2020, pp. 19-43.
- _____. Philosophy of language and translation. In: Oliveira, P.; Pichler, A.; Moreno, A. (Eds.): *Wittgenstein in/on Translation*. Campinas: CLE/Unicamp, 2019a, pp. 203-238. (<https://bit.ly/2Fb37TY>)
- _____. Epistemologia do traduzir: normas de uso e sua descrição a parte post. *Gragoatá* (Niterói), v.24, n.49, mai.-ago. 2019b, pp. 573-597. (<https://doi.org/10.22409/gragoata.v24i49.34106>)
- PINILLA, J. A. Por que a teoria da tradução é útil para os tradutores? *Cadernos de Tradução* (UFSC) v.39, n.3, 2019, pp. 597-621. (Trad.: M. Moura; M. Matos; F. Christmann; <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2019v39n3p595>)
- RODRIGUES, C. *Tradução e Diferença*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de tradução. In: Heidermann, W. (Org.): *Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: UFSC, 2010, pp. 38-101. (Trad.: C. Braida. Palestra: 1813 [1ª publicação: 1838])
- SNELL-HORNBY, M. A “estrangeirização” de Venuti: o legado de Friedrich Schleiermacher aos estudos da tradução? *Pandaemonium Germanicum*, v. 15 n.19 2012, pp. 185-211. (Trad.: T. Reichmann e M. Moreira. <http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/39802> [20/09/2020])
- TIRKKONEN-CONDIT, S. Choice in Translation: A Challenge to Theory and Practice. In Tirkkonen-Condit, S.; Laffling, J. (Orgs). *Recent Trends in Empirical Translation Research*. Joensuu: University Joensuu, Faculty of Arts, 1993, pp. 5-9.
- TOMASELLO, Michael. *Origins of Human Communication*. Cambridge & London: Bradford/MIT, 2008.
- TOURY, G. *Descriptive translation studies – And beyond*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2012. (Revised edition)
- VENUTI, L. *The Translator’s Invisibility. A history of translation*. London; New York: Routledge, 1995. (Translation Studies 5)
- WILSON, P. *Translation after Wittgenstein*. Abingdon & New York: Routledge, 2016. (Edição eletrônica disponível no Google Books)
- WITTGENSTEIN, L. *Über Gewissheit = On certainty*. London: Blackwell, 2004. (15ª edição. Tradução para o inglês e edição: Rush Rhees. = Da Certeza [DC])
- _____. *Philosophische Untersuchungen = Philosophical Investigations*. Malden & Oxford: Blackwell, 2009. (Ed.: Hacker, J.; Schulte, J. English

- Translation: G. E. M. Anscombe, P. S. M. Hacker & J. Schulte [IF].
Trad. brasileira: J. C. Bruni. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1999)
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2017 [1993]. ([T]
(Tradução: L. H. Lopes dos Santos. E-book gratuito em inglês, Proj.
Gutenberg: <https://www.gutenberg.org/files/5740/5740-pdf.pdf>)
- WOLF, M. Introduction. The emergence of a sociology of translation. In: Wolf,
M.; Fukari, A. (Eds.). *Constructing a Sociology of Translation*.
Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2007, pp. 1-36.